

Administrar impactos no Distrito Federal

» ALDO PAVIANI

Professor titular aposentado e Pesquisador Associado do Departamento de Geografia e do Neur/Ceam/UnB

Neste espaço defendi a ideia da criação da Área Metropolitana de Brasília (AMB) baseado no fato de que se trata de cidade grande, com massa populacional significativa e detentora de complexidade funcional. O Distrito Federal é, ao mesmo tempo, estado e município, cuja sede é Brasília. Por essas razões, a governança é desafiadora, mesmo porque Brasília hospeda os poderes da República.

Acrescente-se que a geografia do DF está definida territorialmente por padrão polinucleado de povoamento. Apesar da relativa proximidade dos núcleos urbanos, a capital completou 50 anos com desigualdades sociais, exagerada concentração de empregos e lacunas infraestruturais. Essas questões permitem analisar os desafios do novo governo, que deve administrar as necessidades urgentes e levar essas questões para horizonte que permita avaliações positivas por décadas. Assim, apesar da aura de cidade planejada, Brasília não resistiu a alguns impactos diretos sobre seus habitantes e sobre ambiente natural próximo e remoto. Mais: 10 municípios goianos possuem estreita ligação funcional e dependência com Brasília, incorporando-se à AMB.

Essas questões têm desdobramentos sobre a capital da República, isto é, sobre a constelação urbana aqui implantada. Desde os primórdios da cidade, as atividades para a construção geraram impactos sobre os trabalhadores, muitos deles transferidos de habitações provisórias para localidades distantes do Plano Piloto como Taguatinga, Gama, Sobradinho e outras. Assim, ao longo dos 50

anos são notórios os sacrifícios impostos aos que se deslocam diariamente para o trabalho como o elevado preço das passagens, o cansaço físico e mental das viagens pendulares, que debilitam a saúde dos trabalhadores — foco das prioridades do novo governo. Nesse aspecto, os últimos governantes deixaram legados nefastos, pois não implantaram sistema de transportes condizente com o volume de habitantes da capital; permitiram a concentração dos postos de trabalho; estimularam o espaçamento urbano; continuaram a assentar população em núcleos espalhados no território — soluções fáceis, que complicaram as gestões futuras.

A pressão migratória dos anos 1960 e 70 e, posteriormente, o crescimento vegetativo indicou medidas para projetar novas localidades. Não foi procurada outra solução — verticalizar os núcleos estruturados, por exemplo. Devido à pressa em “erradicar invasões”, os assentamentos brotaram como cogumelos. De nove regiões administrativas, o DF passou a contar com 30 nas últimas duas décadas. O açodamento em doar lotes ampliou a cidade, tornando-a metrópole. Faltou planejamento para implantar infraestruturas. Mas o impacto que o novo governo vai enfrentar é o da descentralização das oportunidades de trabalho. Não se percebe racionalidade na centralização de empregos no Plano Piloto, uma herança cinquentenária a corrigir.

O novo governo sinaliza que enfrentará questões cruciais, como as dos hospitais e da saúde pública. Indica igualmente que atacará o gargalo dos transportes públicos,

que se agravou por soluções não oferecidas à população no devido tempo. Ligada a essas questões, surge o problema da educação pública. Requer-se avaliação da rede escolar, do quadro docente e dos prédios desgastados com o uso.

É esperado, portanto, que o GDF deixe de criar assentamentos, pois o estoque de terras se esgota, ocasionando impactos sobre o ambiente natural. Será interessante que supra o essencial, que satisfaça o povo periférico e carente, mas que não postergue as soluções para o quarteto referido acima: trabalho, educação, saúde e transporte. Outras instâncias devem marcar presença na solução desses problemas como a Câmara Legislativa, o setor privado e a chamada sociedade civil organizada.

Por fim, o GDF poderá contar com o governo federal pela obrigatoriedade constitucional e identidade partidária dos chefes de governo. Como a capital abriga os poderes da República, será normal o aporte de recursos financeiros para além do mero atendimento das disposições legais. Além disso, os quadros técnicos formados e presentes no DF podem somar esforços com os existentes nos ministérios — algo não pensado anteriormente. Governos estanques não condizem com as exigências do período técnico-científico-informacional e com a necessidade de elevar o patamar civilizatório. Afinal, Brasília não é apenas a hospedeira do governo federal, pois tem com ele intensa simbiose e interação, agora aumentados pela proximidade ideológico-partidária.

